



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 4 Fls. 1
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026
MANDATO 2025/2029

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Pequeno Auditório do Centro Cultural Vila Flor, sob a Presidência de Rui Armindo da Costa Freitas, secretariado por Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro e Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

1 - REVISÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RELATIVAS AO 1º SEMESTRE DE 2025.-----

2 - TAGLOBAL - CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS FISCAIS. -----

3 - VIMAPONTO - CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS.-----

ASSEMBLEIA -----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025. -----

5 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025. -----

6 – CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO ESPECIALIZADA EVENTUAL PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – PROPOSTA DA MESA - MANDATO 2025/2029.-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

7 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. -----

CÂMARA -----

8 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DA MESMA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. - REGULAMENTOS-----

9 – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA O AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RETIFICAÇÃO. ----- PATRIMÓNIO -----

10 – NOVO TRIBUNAL DE GUIMARÃES – ALTERAÇÕES À PROPOSTA DE CEDÊNCIA - IGFEJ. ----- OBRAS PÚBLICAS -----

11 – REABILITAÇÃO E REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DO POSTO TERRITORIAL DA GNR DAS TAIPAS - REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA/ATUALIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.----- CULTURA-----

12 – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA (1º SEMESTRE DE 2026). -----

13 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS LOGÍSTICOS ATRIBUÍDOS AO ABRIGO DO IMPACTA EM 2025 – RATIFICAÇÃO. ----- CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS -----

14 – AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO (UPAC’S) PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. ----- HABITAÇÃO -----

15 - OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO 1º DIREITO - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AQUISIÇÃO DE 75 FRAÇÕES. ----- ENTIDADES PARTICIPADAS-----

16 - VITRUS AMBIENTE EM SA - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO. ----- ATIVIDADES ECONÓMICAS-----



- 17 - INSTALAÇÃO DE UM POLO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE OURIVESARIA E RELOJARIA – CINDOR NO “CONVENTO SANTA ROSA DE LIMA” EM GUIMARÃES – REPROGRAMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----**
TURISMO -----
- 18 - PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO, NA TIPOLOGIA DE HOTEL RURAL, APRESENTADO POR SOURCEWEAR, LDA. -----**
FREGUESIAS -----
- 19 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - VERBAS REMANESCENTES 2025. -----**
- 20 - FREGUESIA DA COSTA – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÕES E ATRIBUIÇÃO DE APOIO – RATIFICAÇÃO. -----**
- 21 - FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA – PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS PARA 2026. -----**
- 22 - FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS – PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS PARA 2026. -----**
- 23 - FREGUESIA DE S. TORCATO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO – REQUALIFICAÇÃO DO MURO E DA RUA DOS POÇOS – RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO. -----**
- 24 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO. -----**
- 25 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS À FREGUESIA DE PENCELO– PROCESSOS RELATIVOS A OBRAS NA REDE VIÁRIA DA COMPETÊNCIA DA FREGUESIA. ---**
- 26 - FREGUESIA DE GONÇA – ENCAMINHAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA DE S. MIGUEL. -----**
- 27 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA GESTÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS - ANO DE 2026. -----**

28 - FREGUESIA DE CALDELAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO.

**29 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS DESAGREGADAS -
RETIFICAÇÃO.** -----

**30 - APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES
INFANTIS PÚBLICOS MUNICIPAIS – NOVOS PARQUES INFANTIS.** -----

**31 - GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS
FREGUESIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO MUNICIPAL.** --

**32 - FREGUESIA DE GONÇA - INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO CAMPO DE
FUTEBOL E NO RINGUE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO.** -----

**33 - FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO “CONSIGO:
EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE”.**

**34 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO - CONTINUIDADE DO PROJETO
SOCIAL “CONVID’ARTE”.** -----

**35 - FREGUESIA DE GUARDIZELA - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL
“GERAÇÕES CRUZADAS”.** -----

36 - FREGUESIA DE BRITO - CONTINUIDADE DO PROJETO “MOVEBRITO”. ---

**37 - FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL
“OFICINA DAS LETRAS”.** -----

38 - FREGUESIA DE CREIXOMIL - PROJETO SOCIAL “ESTRELA PULAR”.-----

39 - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO A DIVERSAS ENTIDADES – RATIFICAÇÃO. ---

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

40 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas vinte e uma horas e dez minutos foi declarada **ABERTA A SESSÃO.**-----

Estiveram presentes os seguintes membros: **Eleitos Diretos: (PS)** - Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Francisco José Alves Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, José da Silva Fernandes, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Amadeu Artur Matos Portilha, Elizabete Pinheiro Fernandes de Castro, Raul Júlio Trigueiros Lemos Rocha, Pedro Manuel da



Silva Mendes, Cristina Patrícia Lemos Fernandes, Francisco Ferreira Gonçalves, Diana Catarina Oliveira da Silva, Constantino José Batina Martins, Joana Raquel Freitas Cunha, João Carlos Trindade Moreira, Ana Rita Freitas Oliveira, Sérgio Afonso Marques Salazar, Clara Sofia Abreu Barros, Luísa Filipa Gomes de Araújo, Joaquim Jorge da Mota Pereira, Maria Odete de Abreu Lemos e Filipa Manuela da Silva Costa; **(PSD)** – Rui Armindo da Costa Freitas, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro, César Nuno da Costa Teixeira, Beatriz Alexandra da Silva Ribeiro Costa, Daniel André de Sousa Rodrigues, André Faria Ferreira, Manuel Agostinho Aires Lopes, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Emília Rosa Leite Pereira Lemos, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, José Alexandre Rodrigues Marques, Margarida Pinheiro Pereira, Cristina Maria Cepa Carvalho, Carlos Vítor Cunha Gonçalves, Alexandre Sousa Ferreira, Ana Sofia de Abreu Pedroso, Luís Miguel Pires Pereira, Elva Raquel Camarero Cancela Gusmão e José Álvaro Lopes Silva; **(CDS-PP)** – João Dinis Pimentel Santiago de Sottomayor, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa, Rui Miguel Ribeiro Correia, Pedro Alberto Mendes Ferreira e José Duarte Gomes Dias; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida, Pedro António Pereira Pinto, Ana Isabel da Costa Mendes, Francisco Pereira de Araújo, Diana de Castro Leite, Joana Pinto Azevedo; **(CDU)** – Inês Alves Rodrigues e João Paulo Oliveira Vidal; **(IL)** – Simão Pedro Ribeiro da Cunha. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Rodrigo Ferreira de Oliveira - Presidente da Junta de Freguesia de Abação e Gémeos – PSD, Miguel Duarte da Silva Dias – Presidente da Junta de Freguesia de Airão Santa Maria – CDS-PP, Tiago José Xavier da Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Airão São João - PSD, Martinho Eurico Martins Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia de Aldão – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz - Presidente da Junta de Freguesia de Arosa e Castelões – PS, Rui Leite de Castro - Presidente da

Junta de Freguesia de Atões e Rendufe – PS, Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito Machado - Presidente da Junta de Freguesia de Azurém – PSD, António Manuel Macedo de Freitas – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Barco – PS, Vítor Manuel da Silva Pais - Presidente da Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão e Donim – PS, Diogo António Alves Costa - Presidente da Junta de Freguesia de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia – PSD, José de Castro Dias - Presidente da Junta de Freguesia de Brito - PS, António Augusto da Silva Mendes - Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas - PS, Armindo Filipe da Silva Lopes - Presidente da Junta de Freguesia de Calvos – PS, Manuel Pinheiro da Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Candoso Santiago e Mascotelos - PSD, João Paulo da Silva Carvalho - Presidente da Junta de Freguesia de Candoso São Martinho - PS, Vânio Manuel Pereira Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Conde – PS, Rosa Andreia Neves Azevedo – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Corvite – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da Costa – CDS-PP, António Martins Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Creixomil - PSD, António Gonçalves Vilela - Presidente da Junta de Freguesia de Fermentões – PS, António Paulo Pereira de Faria - Presidente da Junta de Freguesia de Gandarela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães - Presidente da Junta de Freguesia de Gonça – PS, Agostinho Salgado Faria - Presidente da Junta de Freguesia de Gondar - PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Guardizela - PS, Lúcia de Fátima Lopes Pinto - Presidente da Junta de Freguesia de Infantas – PSD, José Novais Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Leitões Oleiros e Figueiredo – PS, António César Rodrigues da Silva Braga - Presidente da Junta de Freguesia de Longos - PS, José Miguel Teixeira dos Reis - Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo - PSD, Marta Maria Miranda Vieira - Presidente da Junta de Freguesia de



Mesão Frio – PS, Henrique Pedro Machado Pereira - Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos – PS, Idílio Manuel Pereira de Oliveira - Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira - PS, Diogo Rebelo Lopes - Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira, São Paio e São Sebastião – PSD, João Diogo Nogueira da Costa - Presidente da Junta de Freguesia de Pencelo - PSD, Mafalda Fátima da Silva Leite Pereira - Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro - PS, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira - Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira - PS, Maria José Teixeira Martins – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte – PS, Ana Sofia Duarte Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges - Presidente da Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso – PS, Olívia da Conceição Correia Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe - PSD, Natália Vaz Vieira Ribeiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sande São Clemente - PSD, António Ferreira Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Sande São Lourenço e Balazar - PS, Miguel Fernando Ribeiro de Bessa Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Sande São Martinho - PS, Sandra da Luz da Cunha Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Sande Vila Nova - PS, Rui José Alves Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de São Faustino - PSD, Antero Daniel Fernandes de Freitas - Presidente da Junta de Freguesia de São Torcato - PSD, Marta Isabel Dias Oliveira - Presidente da Junta de Freguesia de Selho São Cristóvão – PSD, Francisco João Lemos Machado Feio - Presidente da Junta de Freguesia de Selho São Jorge - PSD, Vitor Daniel Martins Fernandes – Selho São Lourenço e Gominhães - PSD, Nelson Cristiano Gonçalves Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Serzedelo - PS, Carlos Manuel Ribeiro Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Serzedo - PSD, Ricardo Jorge Carvalho Castro - Presidente da Junta de Freguesia de Silvares – PS, Eduardo Miguel Teixeira Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia de Souto Santa

Maria, Souto São Salvador e Gondomar – PSD, Joaquim Jorge Salgado Pinto - Presidente da Junta de Freguesia de Tabuadelo - PSD, Luís António da Silva Costa Abreu - Presidente da Junta de Freguesia de Urgezes – PS e Margarida Maria de Barros Machado Salazar - Presidente da Junta de Freguesia de Vermil – PSD. -----

Suspensão por ausência inferior a trinta dias: Maria Adelaide Andrade Silva, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Tiago André Gomes de Oliveira, Domingos Carneiro de Freitas, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Luís Miguel Gonçalves de Sousa, José Manuel Torcato Ribeiro, Soraia Martins Lemos, Luís Miguel Oliveira Pereira, Hélder Emanuel Leite Lemos e Serafim Lopes Fernandes. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, e pelos Vereadores, Eduardo Manuel da Rocha Fernandes Leite, Vânia Carvalho Dias da Silva de Antas de Barros, Constantino João Quintas Veiga, António Alberto da Costa Martins, Isabel Maria de Freitas Soares Ferreira, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Sérgio Manuel Antunes Freitas da Silva, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes e Nuno Miguel de Jesus Vaz Monteiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Da justificação de ausência à sessão realizada no dia 19 de dezembro de 2025, de Serafim Lopes Fernandes – Presidente da Junta de Freguesia de Ponte; - Do ofício da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente sobre a Capital Verde Europeia Guimarães 2026; - Do requerimento do Grupo Municipal da CDU a solicitar informações relativas à falta de manutenção do Caminho Real; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo a resposta às questões colocadas pela CDU a respeito do Caminho Real; - Do convite da Irmandade de São Torcato para a secular Feira Anual “FEIRA DOS 27”; - Do requerimento do Grupo Municipal da CDU



a solicitar informações a respeito do Parque da Lourinha – Freguesia de Ronfe; - Do ofício da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul a remeter cópia da moção aprovada, intitulada “Em defesa dos agricultores, das comunidades rurais e do equilíbrio do território”; - Do ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães remetendo cópia do relatório de atividades da CPCJ de 2025; - Das declarações, emitidas nos termos do art.º 3º da Lei nº 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelos Vereadores, em regime de permanência, sobre a acumulação de funções, que podem ser consultadas na Direção Municipal de Serviços Partilhados (serviços de apoio aos órgãos Autárquicos); - Do ofício do Grupo Parlamentar do PCP remetendo pergunta escrita ao Governo sobre a situação do Grupo Celeste e do plano de revitalização, no seguimento do pedido de insolvência noticiado. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Simão Pedro Ribeiro da Cunha, do Grupo Parlamentar Municipal da IL, sendo a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, disse querer saudar todos os eleitos, especialmente o Presidente da Câmara, a quem desejou muito sucesso, pois também será benéfico para Guimarães. Destacou que é o único representante do seu grupo municipal e afirmou que fará ouvir a sua voz nas sessões, no que se refere a uma política incisiva. Disse que o mundo passa por um momento difícil para quem acredita numa política decente e servidora dos cidadãos, baseada em factos. Fez uma comparação entre o passado, em que se verificava um certo pudor em defender posições extremistas, e o presente, onde a política perdeu princípios, destacando a responsabilidade dos eleitos em Guimarães para que não permitam que o debate político seja dominado por rivalidades extremadas, frequentemente influenciadas por partidos de Lisboa ou Braga, que não refletem as

necessidades dos vimaranenses. Informou que o seu compromisso será, em primeiro lugar, com os vimaranenses, em segundo com Guimarães, em terceiro com Portugal e com a Europa e seus valores, e, por último, com o seu partido ou eventuais interesses partidários. Acrescentou que a sua agenda política será baseada numa pirâmide de prioridades, com foco em problemas concretos como habitação digna, mobilidade segura, educação e desporto. Anunciou que partilha do orgulho das celebrações, prémios e eventos de Guimarães, mas destacou que esses momentos não têm o brilho merecido enquanto que cidadãos enfrentam problemas habitacionais graves. Acrescentou que, para Guimarães, é necessário prestar atenção às necessidades básicas das pessoas. Por último, e porque disse acreditar, e muito, no futuro de Guimarães, afirmou que estará nesta Assembleia Municipal sempre numa base de cordialidade com todos, mas que será intransigente sempre que não houver progressos na pirâmide de prioridades que atrás referiu. Concluiu, perguntando se a Câmara Municipal tem conhecimento das preocupações relativas ao local onde chegam os autocarros turísticos vindos de sul e qual o ponto da situação. -----

Inês Alves Rodrigues, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Recentemente, foi confirmado que a requalificação prevista da Unidade de Saúde Familiar de Ronfe ao abrigo do PRR não será executada devido a concursos desertos e ao limite de tempo para cumprimos o PRR. Falamos de uma infraestrutura com problemas críticos de infiltrações, falta de eficiência energética e barreiras arquitetónicas que dificultam o acesso de utentes e o trabalho dos profissionais. A saúde não pode ficar refém de burocracia ou de orçamentos desajustados à realidade do mercado. Senhor Presidente, pergunto: perante a perda do financiamento europeu, que solução alternativa e concreta tem o município para garantir que as obras de Ronfe



avançam? Existe já um novo cronograma e uma fonte de financiamento assegurada no orçamento municipal? Passando para a questão da resiliência territorial, os últimos meses de chuva persistente e tempestades deixaram um rasto de destruição muito grave no nosso país. Nesta questão, não podemos deixar de começar por endereçar a nossa total solidariedade e lamentar profundamente a situação catastrófica vivida na zona centro e sul do país, onde o impacto das intempéries foi muito mais severo e dramático. Contudo, esta realidade não nos deve deixar menos preocupados com os possíveis impactos futuros destes fenómenos no nosso concelho. Importa fazer agora um levantamento rigoroso dos reais estragos sofridos em Guimarães, desde os deslizamentos de terras, do que temos nota, em Ronfe e Infantas até às inundações recorrentes no Laboratório da Paisagem e à degradação da rede viária. Senhor Presidente, que plano de levantamento de danos está a ser efetuado e que medidas de planeamento estrutural estão previstas para melhorar a nossa capacidade de prevenção e reação a estes fenómenos, que são cada vez mais frequentes? Quanto vai ter que despendar a Câmara para a recuperação de estruturas e outros? Têm chegado à CDU preocupações de estudantes, docentes e investigadores da Universidade do Minho relativamente a problemas estruturais nas instalações do Campus de Azurém. Devido ao excesso de humidade, ao frio e à infiltração de chuva nos edifícios, as condições de trabalho e estudo encontram-se seriamente comprometidas. Os estudantes do ensino superior em Guimarães, além da dificuldade em aceder a novas residências e de suportarem os elevados custos de arrendamento, confrontam-se ainda com a degradação de uma estrutura envelhecida e com falta de manutenção. Dado que o Município de Guimarães mantém diversos protocolos de cooperação com esta instituição, questionamos se o Executivo tem conhecimento desta situação. Por último, não posso deixar de referir a situação dramática que vivem os trabalhadores

do Grupo Celeste. São centenas de trabalhadores com salários atrasados e postos de trabalho em risco, essenciais à nossa economia local. No contacto que a CDU estabeleceu com estes trabalhadores na passada sexta-feira, durante a sua concentração em Guimarães, fomos confrontados com relatos dramáticos: há famílias em que ambos os cônjuges trabalham na empresa e têm os salários em atraso, o que gera uma incapacidade imediata de fazer face às despesas mensais mais básicas. Senhor Presidente, tem o executivo acompanhado de perto a situação destes trabalhadores e mantido diálogo com os sindicatos e a administração da empresa? Que diligências está a Câmara disponível a fazer junto do Governo para garantir a manutenção destes postos de trabalho e a viabilidade da empresa? Por fim, que apoios tem a autarquia disponíveis para apoiar estas famílias que enfrentam agora um momento de carência? Temos nota de que alguns trabalhadores da Celeste vieram hoje assistir a esta sessão e acredito que agradecerão as respostas do Senhor Presidente.” -----

Francisco Pereira Araújo, do Grupo Parlamentar Municipal do CH, começou por expressar, em nome do Grupo Municipal do Chega, uma mensagem de solidariedade a todas as vítimas e aos afetados pelas intempéries que atingiram o país no mês de fevereiro. Manifestou, também, o apreço a todos os voluntários, autarcas e proteção civil que dedicaram os seus esforços para ajudar os nossos concidadãos. Sobre as eleições Presidenciais, que ocorreram a 8 de fevereiro, lembrou que 40 anos se passaram até existir novamente uma segunda volta, e, novamente, se presenciou um cenário anormal, marcado por votos e resultados atípicos, pois não é habitual que num sistema considerado tão saudável e robusto exista um candidato antissistema que conquistou quase um terço, ou até mais de um terço, dos votos, desmontando, claramente, que o sistema talvez não seja tão sólido e saudável quanto se acredita. Acrescentou que este resultado mostra que



muitos portugueses estão a perceber a mensagem do Chega e começam a rejeitar a mensagem dos partidos do sistema. Referiu que, na emblemática eleição entre Mário Soares e Freitas do Amaral, existia um candidato assumidamente de esquerda e outro com medo de se assumir de direita, e, nesta eleição, existiu uma disputa clara entre um candidato de esquerda e outro representando a direita de forma assumida. Evidenciou, também, que os resultados revelaram que o centro direita não esteve à altura, mostrando ser um *'flop'*, um balão enchido artificialmente pelas sondagens, mas que rapidamente esvaziou diante da realidade. Por último, referiu o candidato Luís Marques Mendes que obteve apenas o quinto lugar. Evidenciou, ainda, que no dia 8 de fevereiro ficou claro, e amplamente reconhecido, que André Ventura se consolidou como o líder da direita, mesmo que isso possa desagradar aos setores mais moderados desse espectro político, acrescentando que António José Seguro ocupa hoje a presidência porque o centro-direita evitou alinhar-se mais à direita do que à esquerda, e não por ser um presidente espetacular e de grandes consensos. Referiu que, mais tarde ou mais cedo, esse mesmo centro-direita terá que se definir, porque a mudança acontecerá, o que é inevitável num sistema que não serve os portugueses. Disse esperar, em nome do Grupo Municipal do Chega, que António José Seguro não seja o presidente, conforme assumiu, mais imigracionista, com receio de tomar decisões e com medo de representar Portugal no estrangeiro. Disse considerar que André Ventura teria sido um presidente com coragem, reformista e, acima de tudo, defensor dos portugueses, que atravessam um período historicamente complicado, um período onde o país está a ser invadido com a única diferença de que esta invasão foi legalizada. Reconheceu que muitas vezes os cidadãos enganam-se, tal como aconteceu na época em que deram maioria absoluta a José Sócrates, concluindo que é por isso que o Chega luta diariamente para

esclarecer os portugueses de que só o Chega poderá mudar o sistema e transformá-lo naquilo que é o seu ideal, mais presencialista - quarta república, que coloque Portugal e os portugueses em primeiro lugar. -----

Francisco Pereira Araújo respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

Rui Miguel Ribeiro Correia, do Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta o texto que a seguir se transcreve: “Guimarães orgulha-se — e bem — de ser Guimarães, cidade distinguida como Capital Verde Europeia. Este reconhecimento não é apenas simbólico. É um compromisso político, ambiental e ético. Um compromisso com a sustentabilidade em todas as suas dimensões — ambiental, social e também animal. Hoje, ao falarmos do desenvolvimento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO) de Guimarães, falamos de políticas públicas concretas que refletem esse compromisso. A Câmara Municipal assumiu medidas estruturantes: - A ampliação e modernização do CRO, com investimento significativo para adequação às exigências legais e reforço da capacidade de acolhimento; - A melhoria das infraestruturas, criando espaços mais dignos, com melhores condições sanitárias, ventilação, conforto e áreas exteriores adequadas; - O reforço do serviço médico-veterinário municipal; - A promoção ativa da adoção responsável e do combate aos maus-tratos; - A consolidação de um regulamento claro e alinhado com as melhores práticas. Estas decisões traduzem uma visão: a de que o bem-estar animal faz parte de uma política ambiental séria e moderna. Permitam-me, contudo, fazer um paralelismo. No Zoológico de ICHIKAWA, no Japão, nasceu em 2025 um macaco chamado Punch. Punch foi abandonado pela mãe ainda bebé e acabou por passar praticamente toda a sua vida, ainda curta, num espaço reduzido, numa solidão prolongada que marcou profundamente a sua existência. O seu melhor AMIGO é um peluche. A sua história tornou-se



símbolo de uma realidade dolorosa: o abandono não é apenas físico — é emocional, social e moral. Punch não escolheu ser abandonado. Tal como os animais que encontramos nas nossas ruas não escolhem o abandono. A diferença está nas políticas públicas que implementamos. É neste contexto que o Executivo apresentou uma proposta complementar e socialmente responsável: Esta proposta visa apoiar os vimaranenses através da criação de um Cheque Veterinário destinado a agregados familiares economicamente carenciados, com o objetivo de promover o controlo da reprodução animal, prevenir o abandono e garantir o bem-estar dos animais de companhia. Paralelamente, dirigido à restante população, será lançada uma campanha municipal de esterilização com comparticipação parcial, funcionando como instrumento complementar da política municipal de saúde pública, proteção animal e prevenção do abandono, contribuindo para uma gestão responsável da população de animais de companhia. Esta medida tem três dimensões essenciais: 1. Dimensão social — Apoia famílias com menores recursos, evitando que dificuldades económicas conduzam ao abandono involuntário. 2. Dimensão de saúde pública — Controla a reprodução descontrolada, reduz riscos sanitários e diminui a pressão sobre o CRO. 3. Dimensão ambiental e ética — Concretiza o compromisso de Guimarães enquanto Capital Verde Europeia, promovendo responsabilidade coletiva. Investir na prevenção é mais eficaz — e mais humano — do que responder apenas às consequências. Ser Capital Verde Europeia significa antecipar problemas, não apenas reagir a eles. Significa liderar pelo exemplo. Significa compreender que sustentabilidade também é compaixão. Queremos uma Guimarães onde não haja histórias de abandono como a de Punch. Queremos uma Guimarães que transforme abandono em adoção, negligência em responsabilidade e indiferença em compromisso. O CRO modernizado é uma resposta estrutural. O Cheque Veterinário e a campanha de esterilização são a resposta

preventiva. Juntos, representam uma política integrada, coerente e socialmente justa. Porque a grandeza de uma cidade mede-se não apenas pelos seus monumentos, mas pela forma como protege os mais vulneráveis”. Rui Miguel Ribeiro Correia respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes. -----

André Filipe de Castro e Sousa Casalta, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “As recentes vagas de tempestades que atingiram Guimarães inserem-se num quadro mais amplo. Em todo o país, municípios do Norte ao Sul foram confrontados com precipitação extrema, cheias rápidas, quedas de árvores, danos em edifícios públicos e privados, e fortes constrangimentos à mobilidade. Este cenário nacional confirma uma realidade incontornável: os fenómenos meteorológicos extremos estão a tornar-se mais frequentes e mais intensos, colocando novos desafios às autarquias. Perante este cenário, importa sublinhar, com clareza, a resposta pronta e estruturada da Câmara Municipal de Guimarães. É neste contexto que deve ser avaliada a resposta da Câmara Municipal de Guimarães. E essa resposta merece ser destacada. Desde o primeiro momento, o Município procedeu a um levantamento exaustivo dos danos. Foram registadas 94 ocorrências em todo o concelho. Este número demonstra duas coisas: a dimensão do impacto e, ao mesmo tempo, a capacidade de monitorização e acompanhamento do Município. Mais importante ainda é o que está a ser feito. O Município não se limitou a registar — está a agir. Várias situações encontram-se já resolvidas e outras estão em fase de resolução, com equipas no terreno e acompanhamento técnico permanente. A prontidão na desobstrução de vias, a sinalização de zonas de risco e a intervenção célere em equipamentos municipais demonstram capacidade operacional e coordenação eficaz. No que diz respeito a edifícios com necessidade de intervenção em coberturas e



telhados, foram identificados 37 casos. Destes, 19 já estão resolvidos e 18 encontram-se em resolução. Estes números mostram trabalho concreto, execução e compromisso com a reposição da normalidade. Também importa referir o funcionamento das bacias de retenção. Elas cumpriram o seu papel. Ajudaram a mitigar o impacto das chuvas intensas e evitaram cenários mais gravosos. Naturalmente, não são uma panaceia. Nenhuma infraestrutura, isoladamente, resolve fenómenos meteorológicos cada vez mais extremos. Mas demonstraram utilidade e eficácia dentro do sistema de prevenção existente. Contudo, uma situação desta natureza deve também servir de momento de reflexão. As alterações climáticas trazem fenómenos cada vez mais intensos e imprevisíveis. Exigem planeamento preventivo reforçado, investimento contínuo na limpeza e manutenção das linhas de água, revisão de planos de drenagem urbana e reforço dos mecanismos de aviso e sensibilização pública. Assim, mais do que reagir, importa preparar. Mais do que resolver a emergência, importa reduzir a vulnerabilidade futura. As alterações climáticas são uma realidade. Os fenómenos extremos tendem a agravar-se. E é precisamente por isso que devemos valorizar o caminho que tem vindo a ser seguido: investimento em drenagem, criação de bacias de retenção, monitorização das linhas de água e planeamento urbano mais cauteloso. Guimarães tem demonstrado resiliência. Mas essa resiliência constrói-se com planeamento estratégico, investimento sustentado e colaboração entre instituições e cidadãos. A queda de uma estrada em Infantas, os constrangimentos em Ronfe e as inundações no Laboratório da Paisagem são preocupação legítima e situações que merecem atenção. Mas é igualmente justo dizer que estas ocorrências estão identificadas, avaliadas e enquadradas na resposta municipal. O momento exige acompanhamento rigoroso, não alarmismo. Exige planeamento reforçado, e não a desvalorização do que já foi feito. Num momento como este, importa afirmar

confiança institucional. O Município respondeu, está a resolver e continuará a preparar o concelho para desafios futuros.” -----

Francisco José Alves Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, começou por abordar a situação em que se encontra o Grupo Celeste, possuindo 300 trabalhadores em eminência de desemprego, destacando que a Câmara Municipal, tal como se preocupa com a atração de investimento, deve cuidar destes trabalhadores, especialmente aqueles com laços familiares que podem estar a atravessar dificuldades excecionais. Acrescentou que a Câmara Municipal tem mecanismos de assistência que podem ajudar os trabalhadores e o próprio sindicato, caso este manifeste falta de recursos para a tramitação daquilo que são os direitos inalienáveis dos trabalhadores. Destacou que este é um momento difícil, que exige acompanhamento constante por parte das equipas da ação social para assegurar que estes trabalhadores não se sintam desamparados. Depois, referiu que a eleição, no passado dia 8 de fevereiro, do Professor António José Seguro para Presidente da República de Portugal, obteve a maior votação de sempre por um político em Portugal - com 66% dos votos expressos e cerca de 3,5 milhões de votos – verificando-se que a votação em Guimarães superou mesmo aquela média nacional, alcançando praticamente 70% dos votos expressos, o que representa um novo ciclo político de relevância estrutural no nosso país e na nossa democracia. Acrescentou que, sem a mínima ambiguidade, sem hesitações, com coragem e colocando Portugal acima das diferenças partidárias e dos binarismos ideológicos, os portugueses votaram no Portugal do sistema democrático, do sistema democrático-liberal, do sistema do atual regime de liberdades, garantias e direitos fundamentais, do sistema de desenvolvimento social e económico sem precedentes na nossa História coletiva. De seguida, comparou o Portugal atual com períodos históricos, destacando avanços sociais, económicos e



políticos, desde logo, a queda significativa na mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida, a diminuição do analfabetismo e a ampliação do ensino superior, além de uma enorme evolução econômica, com o PIB per capita crescendo cerca de 300 vezes. Referiu, também, a melhoria nas infraestruturas, como o acesso universal a água e saneamento, uma maior liberdade sindical, o direito à greve e a redução da carga horária de trabalho. Referiu, ainda, que os direitos das mulheres também avançaram drasticamente, com o fim de discriminações legais, o reconhecimento do divórcio, o acesso ao emprego e a autonomia pessoal. Ao nível político, referiu que Portugal passou de uma ditadura de partido único, com censura, ausência de eleições livres e repressão, para uma democracia plena, com eleições livres, direitos civis e maior liberdade individual. Considerou que estes progressos refletem uma transformação profunda na sociedade portuguesa, consolidando os seus valores democráticos e os seus direitos humanos. Prosseguiu, dizendo que, com a eleição de António José Seguro, ganhou o sistema, consolidou-se, com alegria e entusiasmo, o sistema democrático que nos trouxe até aqui, vencendo o projeto dos três Salazares, pelo projeto dos três Mário Soares, três Sá Carneiro, três Feitas do Amaral, três democratas, cada um com as suas diferenças, sendo que cada uma dessas diferenças faz de Portugal o país da democracia, da liberdade, do antissalazarismo e do antifascismo. Acrescentou que simboliza a rejeição de um passado de miséria anterior a 1974, e uma aposta no futuro, pautada pela decência, honestidade e autenticidade na política, afastando mentiras, violência verbal e manipulações. Referiu, de seguida, que a esta eleição, reconhecida por diversos partidos e eleitores de diferentes espectros políticos, representa um momento de esperança e fortalecimento do sistema democrático, demonstrando sua vitalidade e capacidade de se regenerar. Acrescentou, ainda, que, apesar das crises e desigualdades que o país

enfrenta, essa vitória reforça a importância de uma democracia ativa, vigilante e resistente às tentações populistas e extremistas. Sublinhou que o papel do Presidente da República, mesmo não governando, tem valor simbólico e regulador, e a sua eleição é vista como um incentivo à responsabilidade de todos os democratas na continuidade do esforço de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Por último, disse que a eleição de António José Seguro como Presidente da República é encarada como uma oportunidade de renovação e esperança para Portugal, reforçando o compromisso do Partido Socialista e do sistema democrático com o país. Finalizou desejando as boas vindas ao Presidente António José Seguro, que, presumivelmente, visitará já a Guimarães no próximo dia 10 de março. -----

Francisco José Alves Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Rui Miguel Ribeiro Correia e Francisco Pereira de Araújo. -----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, disse que hoje foi noticiado que o Tribunal condenou a Câmara Municipal de Guimarães a pagar 383 mil euros à empresa Ecoibéria, um facto que exige debate imediato por parte do Município de Guimarães. Referiu que este é um caso que se arrasta desde 2014/2015, quando o então Presidente da Câmara Municipal, Domingos Bragança, e o Partido Socialista estavam no poder. Salientou que a gestão do dinheiro público é crucial, e cada cêntimo conta, já que representa a confiança dos cidadãos na administração municipal. Acrescentou que é importante que a população saiba como se chegou a esta situação e quais as consequências que isso trará para o Município. Por isso, solicitou alguns esclarecimentos ao Presidente da Câmara, porque, apesar de não ser responsável, herdou um processo complicado. Recordou que o PSD, ao longo dos anos, foi alertando sobre as possíveis consequências deste processo, que agora se concretizam. Assim, tendo em conta a notícia



divulgada, disse querer saber qual o valor que potencialmente poderá acrescer para o Município, qual o impacto que essa própria decisão, e a pendência de um processo judicial desta ordem de grandeza, terá ao nível da própria gestão municipal e o comprometimento financeiro que representa. Além disso, e como consta da notícia, e citou “o município praticou atos e dotou comportamentos que geraram na empresa a confiança de que a sua pretensão urbanística era viável”, questionou se o Presidente da Câmara teria informações adicionais que pudesse esclarecer esta questão pública. Por fim, destacou que o processo da Ecoibéria já tem alguns anos, tem um lastro, teve ampla discussão pública e política e várias consequências em diversos níveis, terminando referindo que agora se vive a concretização de algo que, infelizmente, o PSD já vaticinava. -----

César Nuno da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Francisco José Alves Teixeira. -----

Francisco José Alves Teixeira, do Grupo Municipal do PS, protestou sobre a irrazoabilidade da intervenção de César Nuno da Costa Teixeira, designadamente, por não ser capaz de indicar qual a responsabilidade política que abordou na sua intervenção. -----

Ana Rita Freitas Oliveira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, comentou os efeitos devastadores provocados pelo mau tempo que assolou o país nas últimas semanas e que deixou um rasto de destruição, sobretudo na região do Centro. Considerou não se tratar de um fenómeno isolado, mas sim de uma realidade que se tem tornado cada vez mais frequente e severa, consequência direta das alterações climáticas e que já não se pode ignorar. Reconheceu e valorizou a mobilização da comunidade vimaranense perante esta situação de verdadeira emergência social, agindo com prontidão e sentido de responsabilidade social, contribuindo com bens e apoio logístico para as pessoas que foram afetadas, criando redes que ultrapassaram

fronteiras concelhias e fruto de uma cultura de compromisso cívico, mas que não dispensa a responsabilidade política. Neste particular, referiu o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, atualmente em vigor, cujas robustez e eficácia têm sido determinantes para garantir que o Município de Guimarães esteja mais preparado para enfrentar fenómenos climáticos extremos. Recordou que a revisão deste Plano, aprovada na Assembleia Municipal em setembro de 2023, defende a necessidade da antecipação, do planeamento e do investimento em medidas de proteção civil e, por isso, Guimarães tem um serviço de Proteção Civil de excelência, mantendo-se em permanente monitorização. Realçando que prevenir é antecipar riscos, disse que é importante recordar e reconhecer que algumas das soluções implementadas nos últimos anos são a razão pelas quais se vive com maior segurança e estabilidade no Concelho, destacando soluções estruturais e investimentos consistentes, designadamente, as bacias de retenção, cuja construção permitiu mitigar os riscos de cheias que afetavam, consideravelmente, algumas zonas da cidade, protegendo as pessoas e o património. Disse congratular-se com a construção destas bacias de retenção, sublinhando que, tendo em conta que as alterações climáticas deixaram de ser uma previsão distante e tornaram-se uma realidade diária, deve ser dada prioridade a investimentos desta natureza. Por fim, alertou o Executivo Municipal que, enquanto representantes eleitos, cabe-lhes garantir que Guimarães continue a preparar, a adaptar e a proteger os cidadãos, assim como, a ter visão, coragem e capacidade de cooperação, mesmo entre quem diverge politicamente. Concluiu, reafirmando o compromisso do Partido Socialista em continuar a fiscalizar, a propor e a contribuir para soluções que defendam o interesse público. -----

João Carlos Trindade Moreira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A



recente mudança de liderança nas duas principais instituições de ensino superior com presença estruturante no nosso concelho leva-me a sublinhar a importância estratégica do ensino superior para o presente e o futuro de Guimarães. Mais do que um momento protocolar, trata-se de uma oportunidade para reafirmar o papel central que o conhecimento, a investigação e a qualificação desempenham no desenvolvimento do nosso território. Quero, por isso, dirigir uma saudação institucional ao novo Reitor da Universidade do Minho, Professor Doutor Pedro Arezes, recentemente empossado, assinalando igualmente os 52 anos da instituição. Dirijo também uma saudação à nova Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Professora Doutora Alexandra Malheiro, que tomou posse na sessão solene que marcou os 31 anos do IPCA. Saúdo igualmente, na pessoa de ambos, toda a comunidade académica, cujo contributo tem sido determinante para a qualificação e competitividade do nosso território. Em nome do Partido Socialista de Guimarães, manifestamos votos de mandatos profícuos e de sucesso, em benefício das instituições e de toda a comunidade académica. Guimarães compreendeu cedo que o seu futuro passava pelo conhecimento — e agiu em conformidade. Ao longo das últimas décadas, o ensino superior foi um verdadeiro agente transformador do território, elevando qualificações, aproximando indústria e ciência e projetando Guimarães no plano nacional e internacional. A história recente do desenvolvimento de Guimarães não pode ser contada sem o contributo das suas instituições de ensino superior. E a história futura também não será escrita sem elas. Este caminho foi construído com decisões políticas consistentes e investimento público estruturante. Durante os 36 anos em que o Partido Socialista assumiu responsabilidades governativas no Município, houve uma aposta clara e continuada no reforço da presença e da expansão do ensino superior no concelho. Foi nesse período que se consolidaram condições estruturais,

infraestruturais e institucionais que permitiram aprofundar a relação entre o território e a instituição académica. Esse apoio não foi circunstancial. Foi uma opção estratégica de desenvolvimento. Essa visão traduziu-se em projetos que marcaram a cidade: A reabilitação da zona de Couros e a instalação do Instituto de Design, valorizando património industrial e colocando-o ao serviço da formação superior; A recuperação do Teatro Jordão e da Garagem Avenida, devolvendo à cidade equipamentos culturais integrados na dinâmica académica; A consolidação do Campus do IPCA na Cruz de Pedra, reforçando áreas estratégicas como o turismo, o desporto e os sistemas biomédicos; A instalação da unidade da Universidade das Nações Unidas dedicada à governação eletrónica, projetando Guimarães numa rede académica internacional; O Guimarães Space Hub, afirmando o concelho na Nova Economia do Espaço e na inovação tecnológica; A afirmação do I3Bs no AvePark, como referência internacional na investigação em biomateriais e medicina regenerativa. São exemplos de uma política pública que colocou o ensino superior no centro da estratégia de desenvolvimento do território. Num tempo em que os territórios competem por talento e inovação, nenhuma estratégia municipal será sólida se não estiver ancorada no conhecimento. A Universidade do Minho e o IPCA são dimensões complementares desse mesmo objetivo: qualificar pessoas, produzir conhecimento e gerar valor. Guimarães afirma-se quando as suas instituições cooperam. Sim, porque é necessário continuar a afirmar Guimarães. Guimarães cresce quando transforma conhecimento em ação. Guimarães lidera quando aposta no saber como instrumento de progresso. O futuro de Guimarães será tanto mais forte quanto mais souber integrar o seu ecossistema académico na sua estratégia coletiva”. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por felicitar o eleito da Iniciativa Liberal, Pedro Simão Ribeiro da Cunha, desejando-lhe o cumprimento de um



bom mandato, na defesa daquilo que são as ideias, o programa e aqueles que representa. Sobre a sua intervenção, reconheceu que há muitos desafios e que, seguramente, ao longo do mandato, haverá oportunidade para os debater com mais detalhe e prestar contas à Assembleia Municipal sobre o que se vai realizando, nomeadamente, em matéria de habitação, mobilidade, educação e desporto. Sobre a questão dos autocarros turísticos, que tinham paragem permanente no Campo da Feira, disse ter tomado a decisão de que passassem a estacionar na zona do teleférico, por entender o Campo da Feira não é um local adequado para estacionamento, por períodos de tempo longos, dos autocarros turísticos. Informou, a este respeito, que no dia de ontem recebeu uma comunicação da Associação do Comércio Tradicional de Guimarães a manifestar total concordância com a decisão agora tomada e preocupação dos comerciantes locais sobre a redução do volume de negócios, apresentando uma sugestão no sentido de que o Campo da Feira fosse só um lugar de paragem para entrada de turistas. Informou que terá sempre uma atitude de disponibilidade para manter diálogo com os comerciantes, porque quer, naturalmente, que tudo lhes corra bem, sem que isso prejudique a circulação automóvel na cidade, ou, pelo menos, reduzir o impacto visual que tal acarreta, numa zona muito acarinhada por todos e de grande valor turístico. Abordou os impactos das intempéries recentes que atingiram o país, com menor foco em Guimarães, mas que, ainda assim, provocou cerca de 110 ocorrências, das quais, cerca de 60% em espaço público, com danos estimados em cerca de 600.000 euros, valor que pode ser significativamente maior à medida que mais danos forem contabilizados. Informou, ainda, que a Câmara Municipal mantém todos os registos para possível obtenção de apoios, nacionais ou europeus. Explicou, também, que entre as 110 ocorrências, cerca de 37 afetaram escolas e agrupamentos, principalmente nos telhados e com infiltrações de água, estando já 20

situações totalmente resolvidas. Elogiou o trabalho realizado pelos serviços da Câmara Municipal e das empresas municipais de modo a mitigar danos e corrigir problemas. Destacando o trabalho de prevenção realizado anteriormente, designadamente a construção de bacias de retenção, informou estar a ser estudado um plano diretor municipal de águas pluviais para mapear os circuitos de água do concelho, visando evitar cheias e assegurar um eficiente escoamento das águas pluviais, de modo a preparar o Município para futuros fenómenos climáticos adversos. Sobre a requalificação do Centro de Saúde de Ronfe, esclareceu que a não adjudicação da obra teve a ver com o facto de o procedimento ter ficado deserto, o que impossibilitou o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Apesar desse revés, garantiu que a sua requalificação acontecerá até ao final do mandato, destacando que contará com melhorias em relação ao projeto original. Sobre a situação do Grupo Celeste, expressou preocupação e reconheceu a dificuldade social que pode significar para os trabalhadores. Manifestou a sua disponibilidade para perceber melhor a situação e avaliar as respostas sociais que a Câmara Municipal pode proporcionar. No entanto, recordou que, em relação à solvência ou insolvência do Grupo Celeste especificamente, a Câmara Municipal não detém capacidade de intervenção. Dirigindo-se a Rui Miguel Ribeiro Correia, que abordou o trabalho que está a ser desenvolvido para a proteção dos animais, disse não ter muito a acrescentar, tendo em conta de que a Câmara Municipal continuará a monitorizar e acompanhar as iniciativas que mencionou. Sobre a intervenção de Francisco José Alves Teixeira, saudou igualmente a eleição do Presidente da República, Doutor António José Seguro, e confirmou ter recebido, com agrado, o convite para visitar Guimarães no dia seguinte à tomada de posse como Presidente da República, o que honra e valoriza o Concelho. Por fim, abordando a questão da



Ecoibéria, disse tratar-se de um processo que não se limita a uma mera decisão técnica, já que implica, também, uma responsabilidade política, amplamente discutida na altura, mas que precisa ser assumida. Por fim, referindo que um partido político que demonstra uma grande preocupação com a paternidade dos processos, aguardava a defesa da paternidade deste ónus que legaram à Câmara Municipal de Guimarães. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Inês Alves Rodrigues. -----

-----**PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

Alcino Correia Xavier da Silva, começou por dizer que esta sua intervenção serve de chamada de atenção para um assunto que considera ser um problema de saúde pública, referindo-se ao local da sua residência, na rua de São Francisco, na Freguesia de Vermil, que ainda não tem cobertura de rede pública de saneamento. Explicou que, ao longo dos anos, novas habitações foram construídas nessa rua, mas que persiste a impossibilidade de ligação à rede pública de saneamento. Disse já ter realizado várias tentativas, principalmente junto das entidades responsáveis, incluindo empresas municipais que intervêm nesta matéria, mas sem obter os resultados esperados. Concluiu solicitando o apoio dos Grupos Parlamentares Municipais para que esta situação possa finalmente ser resolvida. -----

José Francisco Oliveira Cunha, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Dirijo-me a esta Assembleia para intervir em nome da AVE -Associação Vimaranense para a Ecologia e partilhar a nossa convicção de que o projeto de cobertura do recinto da feira semanal com painéis fotovoltaicos constitui uma oportunidade perdida para dotar a cidade de um espaço público qualificado e com contributo relevante, quer para a sustentabilidade ambiental do território, quer para a qualidade de vida dos

cidadãos. Na perspectiva da AVE, a cobertura do recinto da feira consolida a atual opção de uso do solo, comprometendo, assim, o enorme potencial desses 12.000 m² de espaço público, bem no coração da cidade. Notem que a AVE não menospreza o contributo ambiental do projeto, mas não podemos deixar de referir que os benefícios em poupança energética e na mitigação das emissões de CO₂ podem muito bem ser obtidos com a colocação dos painéis em locais mais adequados. Assim como não podemos deixar de referir que existem impactes negativos diretos que devem ser ponderados, nomeadamente, a perda de multifuncionalidade e o enorme impacte visual num espaço sensível, por se tratar de uma Zona Especial de Proteção contígua à área classificada como património mundial da UNESCO. Mas, para a AVE, o impacte mais preocupante está no custo das oportunidades perdidas. De facto, a colocação dos painéis solares inviabiliza a oportunidade de transformar aquele recinto num espaço com equilíbrio de funções e orientado para a qualidade de vida. Deixa de ser possível compatibilizar a feira semanal com um bosque urbano e espaços verdes que contribuam para a qualidade do ar, para um refúgio tranquilo em meio urbano e para a saúde mental. Deixa de ser possível compatibilizar a feira semanal com um espaço inclusivo de proximidade com amenidades para crianças e idosos. Deixa de ser possível compatibilizar a feira semanal com equipamentos desportivos ou com eventos ao ar livre. Deixa, por isso, de ser possível realizar o enorme potencial de multifuncionalidade deste nobre espaço público, que traria ganhos evidentes para a qualidade de vida na cidade. Perante estas convicções, e no cumprimento do seu objeto social, a AVE pretende promover o esclarecimento e reflexão, não só sobre o que está, mas também, e sobretudo, sobre o que não está previsto para o recinto da feira semanal. Mas, no entanto, e no entretanto, é necessário que se suspenda a implementação dessa parte do projeto, solicitação que já remetemos ao



Senhor Presidente da Câmara. Caros Membros da Assembleia Municipal, o que a AVE vos vem pedir é que usem o poder representativo que vos foi confiado pelo povo para declarar, nesta casa da democracia, que o povo não pode deixar de ser informado e envolvido nas intervenções em espaço público com impacte relevante na vivência do território. Assim, pedimos, humildemente, que suportem politicamente a necessidade de suspender e refletir sobre a intervenção no recinto da feira semanal, possibilitando, dessa forma, a construção de uma solução mais representativa e sustentável. Agradecemos a vossa atenção e ficamos ao dispor para reunir e prestar esclarecimentos a quem manifestar interesse”.-----

Grupos Parlamentares Municipais: -----

Simão Pedro Ribeiro da Cunha, em nome do Grupo Municipal da IL, solicitou aos cidadãos que intervieram que partilhassem os seus contactos ou que contactassem a Iniciativa Liberal. Referiu que, embora esteja ciente das situações, gostaria de explorar melhor as questões apresentadas, especialmente a que foi abordada pelo cidadão Alcino Xavier da Silva, da Freguesia de Vermil. Concluiu, referindo que a situação abordada em nome da Associação Vimaranense para a Ecologia receberá, certamente, atenção, pois trata-se de uma questão perto do Centro da Cidade. -----

Inês Alves Rodrigues, em nome do Grupo Municipal da CDU, agradeceu a intervenção de cidadão Alcino Xavier da Silva, referindo não ter conhecimento da ausência de rede de saneamento na rua de S. Francisco, pelo que irá aprofundar o seu conhecimento para poder agir junto do Executivo Municipal numa tentativa de resolver o problema. Concluiu agradecendo ao cidadão José Cunha a reflexão importante que partilhou, que contribuiu para que a CDU aprofunde a sua análise. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, em nome do Grupo Municipal do CH, agradeceu a informação transmitida pelo cidadão Alcino Xavier da Silva,

salientando que existem outros lugares, especialmente na Freguesia de Urgezes, próximo da Estação de Caminhos de Ferro, onde também não existe rede pública de saneamento. Sobre a intervenção do cidadão José Cunha, recordou algumas das suas intervenções anteriores na Assembleia Municipal, anunciando que o Chega tem uma proposta relacionada com o tema abordado, que consiste em transformar o recinto da feira num parque inundável, uma prática já adotada noutros locais, em detrimento de bacias de retenção. Acrescentou que, em determinados períodos do ano, esse espaço poderia ser adaptado para funcionar como uma barricada ou barragem. -----

Rui Miguel Ribeiro Correia, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, informou o cidadão Alcino Xavier da Silva que o CDS-PP irá contactar a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a VIMÁGUA para entender como podem contribuir para resolver a situação. Em relação à intervenção do cidadão José Cunha, lembrou que Guimarães é Capital Verde Europeia em 2026, referindo acreditar que todas as decisões tomadas pelo Executivo Municipal visam o bem coletivo. Ainda assim, informou que tentará perceber melhor se a sugestão que apresentou é, ou não, possível. -----

César Nuno da Costa Teixeira, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, disse que, relativamente à intervenção do cidadão Alcino Xavier da Silva, considerando o momento histórico que Guimarães atravessa, há matérias que é fundamental avançar para ultrapassar pequenos problemas ainda existentes. Referiu que, atualmente, o Município tem uma taxa de cobertura de abastecimento de água de 99% e uma cobertura de saneamento de cerca de 94%. No entanto, nos locais onde existe o déficit de 1% e 6%, respetivamente, é crucial que o Município se empenhe para atingir a capacidade máxima. Disse acreditar que os responsáveis pela gestão desta área já tomaram conhecimento da situação, acrescentando que era desejável



que, no menor tempo possível, esta, e outras questões, fossem resolvidas, permitindo uma excelente qualidade de vida em todo o Concelho. Em relação ao tema levantado pelo cidadão José Cunha, disse ter registado a informação e que há conhecimento de certos aspetos relacionados com projetos anteriores, que serão avaliados de forma apropriada e em tempo útil. -----

Francisco José Alves Teixeira, em nome do Grupo Parlamentar Municipal do PS, dirigindo-se ao cidadão Alcino Xavier da Silva, referiu que Guimarães apresenta uma cobertura de rede de água e saneamento quase total, mas este facto não pode inibir, em nenhuma circunstância, a Câmara Municipal de observar as circunstâncias específicas que afetam, nem que seja um único cidadão. Prosseguiu, referindo que, dado que a quantidade de cidadãos afetados pela falta de saneamento é relativamente pequena, faz sentido que cada situação individual seja identificada para, no momento apropriado, ser programada e solucionada, concluindo não ser aceitável que ainda haja um pequeno grupo de cidadãos sem acesso ao saneamento básico. Quanto à intervenção do cidadão José Cunha, da Associação Vimaranense para a Ecologia (AVE), afirmou que a AVE neste momento específico em Guimarães, mas também no passado, merece uma atenção especial da Câmara e da Assembleia. Acrescentou que a AVE é das poucas associações que participa ativamente no debate sobre questões ambientais, e, neste ano, sendo Guimarães Capital Verde Europeia, deve ser um interlocutor da sociedade civil nesse contexto. Salientou que o Partido Socialista é sensível às preocupações expressadas, por razões ambientais e patrimoniais. Acrescentou que o projeto merece ser analisado para entender se existem compromissos anteriores que impeçam uma reavaliação mais profunda, ou se é viável realizar uma reavaliação mais completa, dependendo, ainda assim, dos compromissos específicos que, entretanto, no âmbito do projeto, do financiamento e das candidaturas eventualmente já apresentadas. Finalizou,

referindo que, caso haja possibilidade de qualificar os projetos, conforme a proposta da AVE, parecia-lhe aceitável que tal possa ser feito, deste que não comprometa acordos já estabelecidos.-----

O **Presidente da Mesa**, em nome da Assembleia Municipal, agradeceu as duas intervenções, salientando a importância dos temas abordados. Solicitou, igualmente, mais participações deste tipo e que a comunicação social lhes desse maior divulgação, para que mais cidadãos tomem conhecimento de que podem manifestar-se nesta Assembleia Municipal. ---

-----**ORDEM DO DIA**-----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO-----

1 - REVISÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES RELATIVAS

AO 1º SEMESTRE DE 2025. Submete-se, para conhecimento da Assembleia Municipal, a informação referente à Revisão Legal das Contas do Município de Guimarães relativas ao 1º semestre de 2025, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **2 - TAGLOBAL - CONTRATO DE**

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS FISCAIS. Submete-se, para conhecimento da Assembleia Municipal, a informação referente à TAGLOBAL – Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Fiscais, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **3 - VIMAPONTO - CONTRATO DE**

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. Submete-se, para conhecimento da Assembleia Municipal, a informação referente à VIMAPONTO – Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que aqui se dá



por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

ASSEMBLEIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. - A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Filipa Manuela da Silva Costa, Emília Rosa Leite Pereira Lemos, Carlos Vítor Cunha Gonçalves, José Álvaro Lopes Silva, Ana Isabel da Costa Mendes, João Paulo Oliveira Vidal, Simão Pedro Ribeiro da Cunha, Paulo Manuel Ferreira da Silva, Henrique Pedro Machado Pereira, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira, Rosa Andreia Neves Azevedo e Maria José Teixeira Martins. -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. - A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Filipa

Manuela da Silva Costa, Daniel André de Sousa Rodrigues, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Carlos Vítor Cunha Gonçalves, Alexandre Sousa Ferreira, Inês Alves Rodrigues, João Paulo Oliveira Vidal, Simão Pedro Ribeiro da Cunha, Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito Machado, Ana Sofia Duarte da Silva, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira, António Manuel Macedo de Freitas, Rosa Andreia Neves Azevedo e Maria José Teixeira Martins. -----

6 – CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO ESPECIALIZADA EVENTUAL PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

– PROPOSTA DA MESA - MANDATO 2025/2029. Presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º do Regimento em vigor, compete à Mesa “elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito”; 2. De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 47.º do mesmo Regimento, “podem ser criadas comissões especializadas eventuais, com missão definida, através de deliberação da Assembleia Municipal”; 3. Nos termos do n.º 3 do artigo 47.º, as propostas de criação de comissões devem ser acompanhadas de proposta escrita onde fiquem definidos os objetivos que estão na origem da sua criação; 4. O início do mandato 2025/2029 justifica a revisão e adequação do Regimento da Assembleia Municipal, por forma a assegurar a sua atualização normativa, a conformidade com o enquadramento legal em vigor e a melhoria do funcionamento do Órgão; 5. A elaboração do Regimento deve resultar de um trabalho participado e representativo das diferentes forças políticas com assento na Assembleia Municipal; Objetivos da Comissão: a) Proceder à revisão global do Regimento atualmente em vigor; b) Assegurar a conformidade do Regimento com o quadro legal aplicável; c) Introduzir melhorias que promovam maior eficácia e qualidade no funcionamento da Assembleia Municipal; d) Sistematizar e harmonizar normas regimentais,



eliminando eventuais redundâncias ou desconformidades. A Mesa da Assembleia Municipal propõe que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária a realizar no dia 27 de fevereiro, delibere: 1. Criar uma Comissão Eventual com a missão de elaborar o Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2025/2029; 2. Que a Comissão cesse funções com a apresentação da proposta final de Regimento à Assembleia Municipal”. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

7 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Primeira Alteração Orçamental Modificativa”, aprovada pelo Órgão Executivo em reunião realizada no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Azurém, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Apresentamos hoje a esta Assembleia a Revisão Orçamental para 2026. Esta revisão não representa apenas um ajustamento técnico. É a consolidação de um novo modelo de governação municipal. Esta revisão orçamental é muito mais do que um ajustamento de números. É a demonstração clara da diferença entre dois modelos de governação. Pela primeira vez, todos os serviços e departamentos participaram de forma estruturada no processo orçamental, o orçamento passou a refletir necessidades reais, prioridades técnicas e compromissos estratégicos. Este é um orçamento responsável. Linhas mestras, o orçamento revisto ascende a 254 milhões de euros, dos quais destaco 96 milhões € para o Plano de Atividades, 110,4 milhões € para o plano plurianual de investimento, e 43,6 milhões € em gastos com os Recursos Humanos. Este orçamento também é

um orçamento de coragem, mas sobretudo de consciência. Adiar alguns investimentos aprovados no passado para correta determinação da sua forma de financiamento é fator único de visão estratégia e clarividência realista na gestão da autarquia. Mas é fundamental dizer com clareza: este orçamento está fortemente condicionado. Temos 65 milhões de euros de investimento, no âmbito do PRR em execução, dos quais mais de 32 milhões de euros serão executados já em 2026. Certo é que o financiamento PRR a receber em 2026 ascende a quase 26 milhões de euros, mas o risco na devolução de montantes entretanto recebidos é real, dado que estes projetos têm de estar executados até ao verão. Não cumprir significaria devolver verbas comunitárias. Garantir a sua execução não é uma opção política, é uma obrigação de responsabilidade financeira. A revisão agora apresentada corrige distorções históricas e representa o fim da suborçamentação crónica a que assistimos nos últimos 36 anos. Para a ação social temos um aumento de 35,8%, que representa um reforço de 3 milhões de euros, com forte aposta nas IPSS. O apoio às instituições deixa de ser residual e passa a estrutural. Duplicamos o apoio na Proteção Civil. Para o ambiente apresentamos um incremento de 161,9%, com financiamento direto reforçado em cerca de 4 milhões de euros para a capital Verde Europeia. Para o desporto mais 38,4% no reforço significativo dos apoios às associações. Reforçamos o apoio às freguesias permitindo mais capacidade de intervenção de proximidade. Na cultura, mais 20,8% com um valor total (histórico) de 8,3 milhões de euros. Aqui a mudança de modelo orçamental é estrutural. Ao deixarmos para trás a lógica da suborçamentação e da contratação tardia, passamos a dotar desde o início do ano as atividades âncora e os compromissos regulares do setor. Isso permite lançar concursos atempadamente, negociar com maior previsibilidade, assegurar melhores condições contratuais e planear programação com meses de antecedência.



Os ganhos desta mudança ainda não são totalmente mensuráveis, mas serão evidentes: mais qualidade artística, maior estabilidade para as instituições culturais, melhor gestão de recursos públicos e eficiência financeira decorrente da antecipação e não da urgência. Na Cultura, programar com tempo não é um detalhe técnico; é uma condição essencial para fazer melhor e gastar melhor. Na Educação Assumimos responsabilidades que outros ignoraram. Reforçamos a dotação em 1,5 milhões de euros, atingindo os 18 milhões de euros. Reforçamos refeições escolares, ação social escolar e manutenção do parque escolar, sobretudo os seus edifícios. Nos Recursos Humanos assumimos mais 1 milhão de euros em atualizações salariais, 600 mil euros em progressões, e assumimos mais 40 assistentes operacionais que passaram para o Município por delegação de competências e sem o financiamento adequado da Administração Central, ou seja, estamos a assumir responsabilidades que o Estado transfere sem compensação plena. Este é um orçamento de Rigor financeiro e de transparência. É um orçamento sem verbas não definidas, algo que não era prática no governo anterior. Mantemos estabilidade orçamental face a 2025. Garantimos cabimentação para não travarmos obras em curso. Para concluir, esta revisão orçamental representa três mudanças claras: 1. Fim da suborçamentação crónica. 2. Envolvimento real dos departamentos e dos serviços no processo orçamental. 3. Planeamento com responsabilidade financeira e cumprimento rigoroso dos compromissos que assumimos. Herdámos um orçamento condicionado, mas não herdámos os vícios da governação anterior. Hoje governamos com planeamento, transparência, rigor, e responsabilidade perante os Vimaranenses. Não fizemos um orçamento para parecer equilibrado. Fizemos um orçamento para ser executado. A cultura do vício terminou. Este é um orçamento para resolver problemas. Esta revisão orçamental é um passo firme na consolidação de um novo ciclo. Um ciclo de

rigor. Um ciclo de método. Um ciclo de responsabilidade. Quem quiser continuar preso ao passado, fá-lo-á. Nós escolhemos governar o futuro com o sinal claro de compromisso com uma nova forma de governar o Município”. Rui Miguel Rodrigues Parente de Brito Machado respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, do Grupo Municipal do PS, referiu que a alteração orçamental em análise reflete o saldo de gerência transitado do exercício anterior, resultado de um ciclo de governação prudente, equilibrado e responsável. Sublinhou que, em ano eleitoral, o Executivo Municipal anterior optou por evitar aumentar as despesas ou campanhas mediáticas de curto prazo, mantendo a estabilidade financeira e recursos para continuar os projetos de execução do plano, demonstrando maturidade democrática e responsabilidade na gestão pública. Acrescentou que os projetos estruturantes continuam a ser da responsabilidade do Município, independentemente de mudanças políticas, e é incorreto atribuí-los a uma única administração, pois a sua execução é um dever institucional. Disse lamentar que o recente vídeo dos 100 dias de governação seja focado excessivamente na comunicação em detrimento da substância na gestão pública, destacando que ações e obras muitas vezes são apresentadas como próprias, quando na verdade resultam de mandatos anteriores. Salientou que comunicar é importante, mas não pode substituir uma governança eficiente. Expressou preocupação com o aumento da quantidade de comunicação, que pode ofuscar a ação política genuína, referindo exemplos como Famalicão, onde há riscos de confusão entre informação institucional e propaganda, especialmente em relação a estratégias de comunicação que podem comprometer a transparência democrática. Alertou, ainda, para sinais de excessiva ênfase na forma sobre o conteúdo e reforça a necessidade de



vigilância para que Guimarães não siga esse caminho. Disse que a recente polémica em torno do boletim municipal em formato de jornal e gratuito não ajuda a perceber onde termina a informação institucional e onde começa a propaganda, advertindo para os riscos na combinação de comunicação política e jornalismo, que pode comprometer a transparência democrática. Disse esperar que Guimarães não siga esse caminho, ressaltando sinais de confusão entre comunicação institucional e narrativa político partidária, além de um excesso de ênfase na forma em detrimento do conteúdo. Reforçou a importância da continuidade de uma governação responsável, anunciando que o PS acompanhará esta alteração orçamental, porque decorre de uma boa gestão e defende a continuidade institucional na execução dos projetos. Destacou a necessidade de separar claramente informação pública de promoção política. Por fim, valorizou a estabilidade financeira e a sobriedade institucional como fundamentos de uma cultura democrática sólida, tal como defende para Guimarães. -----

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por César Nuno da Costa Teixeira. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** concordou que o orçamento é rigoroso, porque traduz um planeamento orçamental elaborado com todo o cuidado, transparência, compromisso e responsabilidade. Referindo-se à oportunidade de avançar com vários projetos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destacou que havia duas opções: ignorar o passado por razões ideológicas, aquilo que porventura seria habitual para quem esteve no poder durante 36 anos, pois nunca aceitava nada da oposição, ou reconhecer a importância de certos projetos para Guimarães. Lembrou que algumas obras e iniciativas inscritas no PRR não foram iniciadas pelo Executivo anterior, o que apresenta riscos de incumprimento para o atual Executivo. Prosseguiu, referindo que o PS pode continuar a tentar disputar a

paternidade dos projetos, mas o seu foco está em executar as várias obras que o Executivo anterior não executou, outras que nem sequer iniciou e aquelas que iniciou e não concluiu. Referiu especificamente a obra das residências para estudantes no Avepark, que se encontrava parada devido a um acordo anterior que os serviços da Câmara Municipal se recusaram a celebrar, por conter irregularidades, mas que agora, através de um novo procedimento que será lançado, a obra será concluída. Afirmou que não irá discutir quem iniciou ou quem concluiu as obras, mas afirmou que pode, e deve, dizer que está a ser construído um novo centro de saúde, demonstrando o progresso independentemente de quem começou. Finalizou, dizendo que compreende as dificuldades de ser membros da oposição, recomendando que se devem habituar a este estatuto, referindo, contudo, que continuará a comunicar de forma direta e clara sobre os avanços das obras e projetos. -----

Francisco José Alves Teixeira, do Grupo Municipal do PS, apresentou um protesto pelas palavras que foram proferidas pelo Presidente da Câmara, no final da sua intervenção, que considerou de muito mau gosto e inadequadas. O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria, com **57 votos a favor** (22 eleitos do PSD, 23 presidentes de junta do PSD, 5 eleitos do CDS-PP, 2 presidentes de junta do CDS-PP, 6 eleitos do CH e 1 eleito da IL) e **54 abstenções** (22 eleitos do PS, 30 presidentes de junta do PS e 2 eleitos da CDU).-----

CÂMARA -----

8 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DA MESMA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO



Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade da mesma e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativa ao período compreendido entre um de dezembro de dois mil e vinte e cinco e trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e seis. -----

Simão Pedro Ribeiro da Cunha, do Grupo Parlamentar Municipal da IL, confessou que qualquer preparação prévia que tenha feito para intervir neste ponto, fica difícil de gerir e não falar sobre o que tinha acabado de ouvir nos últimos dez minutos. Continuou referindo que os primeiros dias de mandato foram marcados por dinâmicas que observou com muito interesse e que lhe vão dando pistas sobre o que pode esperar neste mandato. Acrescentou que quando existe determinado tipo de comunicação sobre quem está no poder, isso pode ser sinal de que não há confiança suficiente no que se está a fazer ou que ainda não há muito para mostrar, o que poderá ser este o caso. Considerou irrelevante a paternidade das obras, até porque o dinheiro é das pessoas e deve-se lidar com a situação atual, presente, com os meios e os recursos que existem para o futuro. Referiu que a nova liderança da Câmara Municipal começou numa espécie de estado de graça, com os meios de comunicação da Câmara Municipal destacando fotos “sorridentes” do Presidente e publicações que ressaltam as suas ações, como por exemplo: “Ricardo Araújo, reforça papel de Guimarães no Eixo Atlântico”, “Ricardo Araújo cumpre promessas e avança com investimentos estruturantes em segurança”. Acrescentou que é uma comunicação bastante proclamatória, que, a seu ver, ficaria melhor na página da Coligação Juntos por Guimarães ou na página do PSD, do que nos canais institucionais do Município, o que considerou desadequado. Referiu que a Câmara Municipal deve dar o

exemplo de que os meios de comunicação públicos são meios de comunicação institucional. Referiu, ainda, que Guimarães precisa de energia e de positividade, que são muito bem-vindas, mas aquilo que humildemente recomenda ao Executivo Municipal é que encontre o equilíbrio, num certo tom político da comunicação à população, especialmente quando se trata de canais públicos. Por isso, com respeito e humildade, sugeriu que, cumprido esse período de graça, não se deixem seduzir por qualquer deslumbramento e que preservem o contato e a comunicação direta que, aliás, as pessoas que o conhecem, e à sua equipa, antes da eleição, sabem que sempre o caracterizaram. Sobre o relatório da atividade da Câmara Municipal, destacou que o Metrobus não solucionará os problemas de mobilidade no futuro, sendo inadequado para a ligação entre Guimarães e Braga. Destacou, igualmente, que Guimarães e os outros municípios que compõem o Pentágono Urbano merecem soluções de mobilidade que promovam a integração territorial e económica, de forma a que possam competir em escala com outras regiões nacionais e europeias. Finalizou, dizendo que se fosse necessário um slogan para o Metrobus do futuro, sugeria o seguinte, que lhe pareceu apropriado: "para quem é, Metrobus é suficiente". Isso porque, se estivessem a falar de outras áreas que estabelecem frentes atlânticas para atrair investimentos, o Metrobus nunca seria visto como uma solução eficiente. -----

Inês Alves Rodrigues, do Grupo Parlamentar Municipal da CDU, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: "Assinalaram-se recentemente os primeiros 100 dias deste executivo. Compreendemos que problemas estruturais não se resolvem num trimestre. No entanto, o que nos preocupa profundamente é a persistência de anúncios avultados sem a correspondente concretização visível na vida das pessoas. Na mobilidade, o quotidiano dos vimaranenses continua marcado por



dificuldades; a Guimabus mantém os mesmos problemas e as soluções apresentadas parecem, por vezes, uma "manta de retalhos" — como a sobreposição do plano de mobilidade financiado pelo Banco Europeu de Investimentos com o anúncio isolado do BRT para as Taipas. Senhor Presidente, quando teremos acesso a um Plano de Mobilidade Sustentável devidamente estruturado? A CDU acredita que é tempo de construirmos um Plano que faça um diagnóstico das necessidades reais do nosso concelho nesta matéria e que apresente uma estratégia coesa que não seja apenas um conjunto de medidas avulsas. E mais: em que fase concreta se encontra o estudo de viabilidade do BRT? O Governo já disse que está a estudar o modelo de financiamento, mas isso não responde à questão de fundo: qual o impacto real na vida das populações e nos tempos das suas deslocações diárias? Repetimos, não acha mais avisado começarmos primeiro por um Plano sério de Mobilidade? Na Habitação, as preocupações agravam-se. Foram por si prometidas 500 casas a custos controlados, mas a verdade é que os vimaranenses continuam a braços com rendas incomportáveis e uma falta gritante de oferta pública. A recente adjudicação de 75 fogos é um primeiro passo, reconheça-se, mas é manifestamente insuficiente face à dimensão do problema. O que nos inquieta é o historial recente deste município: demasiados anúncios que ficaram pelo caminho e que nos trouxeram a esta situação de emergência habitacional. Assim, pergunto qual é o cronograma concreto, mês a mês, para a entrega das casas prometidas? E, já agora, que medidas práticas estão a ser tomadas para garantir que estes 75 fogos agora anunciados não fiquem apenas no papel ou cheguem ao fim do prazo com obras por concluir, como tantas vezes infelizmente acontece? O que está a ser feito para identificar o edificado devoluto nas zonas de maior pressão habitacional? E se há ações concretas estão a ser desenvolvidas para promover a reabilitação desse património e convertê-lo, efetivamente, em

habitação a custos acessíveis para quem mais precisa? Senhor Presidente, a questão é simples, o que nos garante que estas promessas não são apenas fogo-de-vistas e que, no final do mandato, não estaremos novamente a falar de intenções sem resultados? A população de Guimarães precisa de factos, não de anúncios. Precisa de casas para viver, não de cadernos de encargos para arquivar”. -----

Pedro António Pereira Pinto, do Grupo Parlamentar Municipal do CH, começou por expressar reconhecimento à Proteção Civil, aos Bombeiros e Forças de Segurança de Guimarães pelo empenho demonstrado nas últimas semanas devido às inundações. De seguida, destacou a importância de medidas preventivas para evitar incêndios. Sobre a requalificação da EB2,3 D. Afonso Henriques, manifestou interesse em saber se o financiamento está garantido e quais os prazos de calendarização da obra. Prosseguiu demonstrando sua preocupação com o elevado número de ninhos de vespas asiáticas, que representam um risco para a biodiversidade e a segurança de todos. Explicou que sente orgulho por Guimarães ser a Capital Verde Europeia deste ano, alertando, contudo, para que este título se deve traduzir em ações que solucionem os problemas ambientais. Mencionou que a cerimónia de abertura de Guimarães como Capital Verde Europeia foi marcante, mas que não se pode esquecer a história que nos trouxe até aqui, especialmente em relação a agricultura, curtumes, cutelarias e têxteis. Afirmou que a inovação é crucial, mas é necessário preservar a identidade, valorizando o que é caracteristicamente vimaranense, para que a modernidade não apague nossas raízes. Finalizou, realçando que é importante perceber o que realmente está a mudar a vida das pessoas. -----

José Duarte Gomes Dias, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Está neste ponto em discussão o relatório de atividades de dois meses que



resumem muito dos 100 dias de mandato da nova gestão autárquica. E foram 100 dias que podem ser resumidos em: chegar, ver e decidir. O tempo (finalmente com aroma a mudança) chegou sem misericórdia para o novo executivo perante decisões tão importantes como urgentes. Apesar disso, houve já tempo para decisões cruciais para o nosso concelho: - Houve tempo para a reabertura do processo de revisão do PDM. Dossier adiado em demasia, onde se cria agora a oportunidade de finalmente responder: perante a urgência de mais habitação para os vimaranenses e espaços para acolhimento empresarial para as nossas empresas. - Em sentido semelhante houve tempo para firmar o compromisso das primeiras 75 casas no concelho de Guimarães no âmbito do programa do 1ºDireito e começar a reforçar a oferta pública de habitação. - Houve ainda tempo para apresentar o Plano e Orçamento de 2026. Um documento que conseguiu aliar uma baixa nas despesas correntes, um investimento recorde (142M), num contexto de baixa de impostos: como o IMI (0,32 para 0,31%) e o IRS (descida de 0,25%). - Foi ainda tempo de lançar a elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável com apoio do Banco Europeu de Investimento e apresentar publicamente a 1ª fase do MetroBus de ligação de Guimarães às Taipas e dar assim um passo decisivo para uma nova perspetiva de mobilidade de futuro. - Foi ainda tempo de aumentar em 10% os subsídios para obras nas freguesias. - Foi ainda tempo para lançar a gratuidade de exames médico-desportivos para atletas federados até aos 19 anos. - Foi ainda tempo de firmar os últimos passos para a Requalificação do Posto da GNR das Taipas, ou as USFs do concelho. Houve tempo para muitas decisões importantes para o nosso concelho. Só não houve tempo para atender a todo o volume de investimentos adiados pela governação anterior. Podia falar da Via do AvePark (grande bandeira do PS), como da Academia de Transição Digital, da Loja do Cidadão, ou mesmo da USF de Ronfe... Tudo projetos que chegam a

2026 sem o financiamento ou o tempo razoável que permitam a sua execução. É lamentável, mas é a realidade. Quem se focou muito em anúncios de intenções ao longo dos anos, acabou por desviar atenções do que realmente importa: concretizar. É por isso que espero, sinceramente, que este novo tempo seja diferente e o verdadeiro foco se encontre voltado para o trabalho sério e humilde, aliado à transparência para com os vimaranenses. Pelos primeiros sinais demonstrados, para o CDS o balanço é claramente positivo. Definiram-se prioridades, explicaram-se razões para as decisões e o foco está agora no concretizar. Entramos num ano decisivo, de conclusão de fundos do PRR. Por isso a escolha é simples e complexa ao mesmo tempo: executar e concluir com sucesso, ou não concluir e comprometer financeiramente a Câmara Municipal. Da oposição séria e responsável, que passou este TGV em andamento, vemos que a grande preocupação é augurarem-se donos e senhores dos projetos em execução. A este ponto, só falta mesmo exigirem uma referência nas placas de inaugurações dizendo “Sonhado pelo Partido Socialista numa noite de Verão”. Diria que certamente não gostariam de ver ao lado inscrito “Concretizado pela Coligação Juntos por Guimarães”. A diferença é que este executivo não precisa de nada disso. Porque os investimentos não se fazem em proveito pessoal ou partidário. Não há as obras deles e as nossas. Há as obras de Guimarães, dos vimaranenses e a bem de Guimarães e dos vimaranenses. Estou certo de que em cada um destes 100 dias só ficou mais clara a razão pela qual os vimaranenses no passado dia 12 de outubro rejeitaram o legado do Partido Socialista, rejeitaram este Partido Socialista, mas, mais importante que isso, a razão por que escolheram a Coligação Juntos por Guimarães. Por isso continue neste caminho e estou certo de que os frutos vão surgir. Quanto à oposição, que uns dias apregoa ser séria e responsável, noutros verificamos serem do alarido e fantasia... Só posso



aproveitar o espírito quaresmal para dizer: “Perdoe-lhes, Senhor Presidente, porque não sabem o que fazem”.-----

José Duarte Dias Gomes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes.-----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, referiu que Guimarães, após 36 anos, iniciou um novo ciclo de desenvolvimento e compromisso com aquilo que foi apresentado aos vimaranenses. Decorridos 100 dias, disse estar demonstrado que a visão apresentada e sufragada aos vimaranenses está a ser implementada. Acrescentou que o atual Executivo está focado no planeamento estratégico, desde logo pela efetiva revisão do PDM. Salientou que Guimarães ficou estagnado devido às más opções vertidas no PDM atual, que resultou num bloqueio ao crescimento de Guimarães, enquanto outros concelhos aproveitaram as oportunidades. Destacou que a revisão do PDM é uma resposta à crise da habitação e à falta de investimento em Guimarães. Considerou que o início da implementação do Metrobus entre Guimarães e Caldas das Taipas e a aprovação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável são passos decisivos para, conjuntamente com outras medidas, se resolvam os problemas de mobilidade dos cidadãos e, finalmente, melhorem a qualidade de vida em Guimarães. Disse que estão lançadas as bases para uma política de habitação que resolva um dos problemas graves que assola, de forma incisiva, o Concelho. Continuou dizendo que este é um foco central do Executivo Municipal, pelo que, seguramente, até final do mandato conseguirá que Guimarães atenda às necessidades básicas dos vimaranenses. Salientou a aposta no desenvolvimento económico, outro eixo fundamental, elogiando as iniciativas implementadas para que Guimarães obtenha o que outros concelhos alcançaram no passado, que impulsionou o seu desenvolvimento económico. Especificamente, um programa estratégico de

desenvolvimento económico que, conjuntamente com uma estrutura institucional, permita que Guimarães atinja padrões elevados, possa ser comparado com os melhores e proporcione, não apenas a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como também, a médio prazo, seja possível auferirem rendimentos perto da média nacional, ou até superiores, já que atualmente estão abaixo da média regional. Manifestou o seu agrado por ter observado, finalmente, a acessibilidade do Município aos vimaranenses, nomeadamente com a transmissão online das reuniões do Executivo Municipal, algo crucial para que se possa implementar uma política acessível aos cidadãos. Por fim, disse que estes primeiros 100 dias revelam algo significativo, que o futuro iniciou de forma positiva, dizendo esperar que Guimarães consiga, após tantos anos, realizar esta sua perspetiva. -----

Francisco José Alves Teixeira, do Grupo Parlamentar Municipal do PS, referiu que a comunicação é absolutamente constitutiva da política e que não constitui um mero adorno circunstancial, considerando que, por essa razão, a grande incisão da Coligação Juntos por Guimarães, após a vitória eleitoral, foi comunicar, de forma intensiva, procurando criar uma realidade. Continuou referindo que essa estratégia decorre do facto de, em termos substantivos, a Coligação não ter nada para mostrar de verdadeiramente diferente, apontando como exemplo o Orçamento, que considerou ser uma continuidade das exigências do passado e não podendo, por isso, ser substancialmente distinto. Disse que não seria expectável que o PSD, num curto espaço de tempo, promovesse uma transformação completa ou reescrevesse a realidade do concelho. Manifestou, no entanto, surpresa pelo facto de o PSD não apresentar sinais claros das razões que justificaram a vitória eleitoral, nomeadamente através de propostas ou orientações nas áreas da educação, cultura, planeamento urbano, mobilidade — referindo o BRT, mas que já vinha de trás — e o Plano Diretor Municipal, salientando a



contradição entre a intenção anteriormente defendida de encerrar o PDM e a atual posição de reabertura do processo. Afirmou não esperar uma transformação imediata do concelho, reconhecendo que não existem condições para alterações profundas num curto prazo, mas criticou o facto de não ser assumido, com clareza, que é necessário tempo para apresentar um projeto político estruturado, incluindo orçamento e ideias de fundo. Considerou que existe uma tentativa constante de apresentar uma realidade nova que, no seu entendimento, não existe, defendendo que não é possível atribuir a responsabilidade de projetos e obras ao atual Executivo quando estes resultam de planeamento e decisões anteriores. Questionou ainda a ausência de definição de políticas concretas, designadamente na área da habitação pública, interrogando sobre o paradeiro do programa de investimento e da política habitacional anteriormente apresentado, bem como sobre a não alteração de regulamentos económicos e a apropriação de investimentos sustentados em políticas e infraestruturas anteriores. Concluiu, questionando por que razão não é assumida a necessidade de tempo para implementação de políticas próprias, referindo que o atual momento ainda não corresponde a um novo ciclo político plenamente afirmado. -----

Francisco José Alves Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Daniel André de Sousa Rodrigues. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que compreende a preocupação de Francisco José Alves Teixeira, considerando que não estava preparado para perder as eleições, tendo sido surpreendido pelo resultado eleitoral, o que, no seu entendimento, explica a dificuldade de adaptação à nova realidade política, com o PS na oposição e o PSD e o CDS-PP no governo. Acrescentou que essa dificuldade é agravada por aquilo que designou como um “complexo de arrependimento político”, apontando uma necessidade de

reivindicar a paternidade de determinadas ações, em contraste com a posição assumida durante a campanha eleitoral, em que, segundo referiu, não foi devidamente defendido o legado do Partido Socialista. Referiu ainda que o tempo não volta atrás e que, quando necessário, serão recordadas posições anteriormente assumidas, incluindo críticas feitas ao próprio partido, salientando como curioso o facto de membros desta Assembleia Municipal, e também ex-vereadores da cultura, que em momentos anteriores divergiram politicamente, surgirem agora em posições convergentes. Relativamente ao Plano Diretor Municipal, considerou não ter existido coragem para assumir uma posição política, referindo que o processo de revisão se prolongou por sete anos, com prejuízo para a cidade, sustentando que a proposta apresentada não era adequada, apesar de ter sido aprovada em reunião do Executivo Municipal pelo Partido Socialista, ao contrário do PSD que votou contra. Informou que, poucos dias após a sua tomada de posse como Presidente da Câmara, recebeu uma comunicação oficial indicando a obrigatoriedade de aprovação do PDM até 31 de outubro de 2025, sob pena de aplicação de sanções, situação que, no seu entendimento, era do conhecimento do Partido Socialista. Acrescentou que, perante esse cenário, iniciou um processo de negociação com o objetivo de obter um prazo adicional de sete meses para proceder à revisão do PDM, dentro das limitações da proposta existente. Reiterou que a posição do PSD é clara quanto à necessidade de aumentar a área urbana para acolhimento empresarial e construção de habitação. Por fim, afirmou que o Partido Socialista não conseguiu, ao longo de quatro anos, construir habitação, atribuindo-lhe responsabilidade pela perda de financiamento para a construção de 75 habitações em Guimarães, apesar da existência de financiamento público a 100% para esse efeito. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 4 Fls. 26
SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026
MANDATO 2025/2029

foram solicitados por Inês Alves Rodrigues, Paulo António Pereira Pinto e Francisco José Alves Teixeira. -----

Francisco José Alves Teixeira, do Grupo Municipal do PS, protestou, afirmando que a Assembleia não ganha nada quando o Presidente da Câmara Municipal trata com enfatuamento os partidos da oposição ou do poder, ou vice-versa. Concluiu dizendo que, enquanto permanecer como o Líder do Grupo Municipal do PS, nunca o Presidente da Câmara será tratado do mesmo modo como tratou os membros deste Grupo Municipal. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos dos números 3 e 4, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU APROVAR** a ata em minuta por unanimidade.-----

Pela zero horas e quarenta e cinco minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia dois de março, pelas vinte e uma horas. -----

Para os efeitos do nº 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, Rui Armindo da Costa Freitas, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -----